

GOLPE CONTRA O ESTADO



O governo Temer começa a empreender, a partir deste segundo semestre, o maior programa de privatização de águas de que se tem notícias. A priorização da segurança e autossuficiência hídricas, bem como da universalização do acesso à água e ao saneamento, estão sendo substituídas pela priorização da atração de capitais privados, nacionais e internacionais, e pela conversão desse bem comum em commodity.

A MERCANTILIZAÇÃO DAS ÁGUAS NO GOVERNO TEMER

A água: de direito a mercadoria

A transformação da água em mercadoria encontra-se em três frentes do governo Temer: na pressão para a privatização das companhias estaduais de água e esgoto; na insinuação de venda dos principais aquíferos brasileiros; e na mudança dos marcos regulatórios do setor. Em última instância, os efeitos danosos serão: a perda de capacidade de planejamento sobre um bem que é ao mesmo tempo um direito humano e um recurso estratégico; maior presença do capital privado, internacional e nacional; possibilidade de perda da qualidade e de aumento do preço da água; além das dificuldades para a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável. Vejamos com mais detalhes cada um desses pontos.

Privatização das companhias de água e esgoto

Em primeiro lugar, nas pressões do governo federal sobre os governos estaduais para que vendam suas companhias de saneamento, o ajuste financeiro e a austeridade fiscal prevalecem sobre a preocupação com a qualidade do serviço de saneamento e o preço da água.

Assim que foi lançado, em meados de 2016, o Programa de Parcerias para Investimentos (PPI) já apresentava uma resolução recomendando o corte de investimentos nas empresas públicas estaduais de saneamento e orientando o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a financiar até 80% dos investimentos feitos pela iniciativa privada nesse setor.

Nessa mesma resolução eram apresentadas as da-

tas estimadas para a privatização das três primeiras empresas estaduais de saneamento: a Cedae (RJ), a Cosanpa (PA) e a Caerd (RO), com editais de leilão já em andamento.

Desde então, foram apresentados mais quatorze projetos de privatização para o primeiro semestre de 2018, com a desestatização da Depasa (AC), Caesa (AP), Casan (SC), Casal (AL), Cagece (CE), Caema (MA), Cagepa (PB), Compesa (PE), Caern (RN) e Deso (SE). Além de mais quatro projetos para o segundo semestre de 2018: Embasa (BA), Agepisa (PI), ATS (TO) e Cosama (AM). No total, o governo federal espera aproveitar a crise fiscal dos estados para abrir mão de 21 companhias de saneamento e águas.

Há que se notar, entretanto, o fato de que o governo federal listou o conjunto das empresas estaduais sem o pleno acordo dos governos estaduais e dos municípios envolvidos. Governadores como Rui Costa (PT-BA) e Camilo Santana (PT-CE) têm afirmado que não tem interesse de participar deste programa de desinvestimentos, e o mesmo vale para prefeitos de alguns municípios. Como o programa é federal, mas as empresas são estaduais e a concessão dos serviços de água e esgoto é municipal, há muitas incertezas sobre a operacionalização do programa à luz dos obstáculos gerados pelas responsabilidades descentralizadas dos entes da federação.

De um lado, o BNDES avalia que vinte consórcios estão pré-qualificados para participar dos lotes de editais. De outro, entretanto, parte do movimento sindical chama a atenção para o fato de que todos os valores propostos pelos consórcios que já venceram leilões tiveram lances de valores, em média, 70% menores do que o esperado. A vitória nessa queda de braços vai depender da pressão exercida pelo governo federal sobre os estados nos processos de renegociação de dívidas com a União e de construção do plano de recuperação fiscal para os estados.

Privatização dos aquíferos nacionais

As medidas acima descritas traduzem a retirada do Estado de um setor que paulatinamente vem se tornando cada vez mais estratégico, abrindo espa-

ço para os interesses de capitais privados.

O acesso à água potável e ao saneamento básico são direitos humanos fundamentais e integram um conjunto de medidas cujo objetivo é promover a saúde e o bem-estar da população, tendo papel central, por exemplo, na política de saúde. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), para cada real investido em saneamento outros quatro reais são poupados em saúde. As políticas para as águas também são de fundamental importância para o desenvolvimento sustentável, a agricultura familiar e a manutenção de populações no campo.

Além disso, o acesso à água também gera impactos econômicos importantes. A Organização das Nações Unidas (ONU), em seus relatórios sobre recursos hídricos, estima que até 2050 é possível que haja um aumento de 55% na demanda hídrica mundial em função das necessidades crescentes geradas pela indústria, pelas famílias e pelo sistema de geração de energia. Os lençóis freáticos também têm sofrido baixas, e estima-se que nesta data 20% dos aquíferos do mundo estarão em situação de esgotamento e/ou sobre-exploração.

A escassez de água é uma das fontes de tensão e conflitos na África, na Ásia e no Oriente Médio. No caso do Brasil, de acordo com a Comissão Pastoral da Terra, houve um aumento significativo de conflitos no campo envolvendo disputas pela água.

Nesse cenário, grandes players globais, sejam eles Estados nacionais ou corporações transnacionais, têm se interessado crescentemente pela água. Assim, deve-se considerar a hipótese de que o capital internacional tente avançar não só nas vendas das empresas estatais estaduais, mas também na própria compra e apropriação das fontes dos recursos hídricos: os aquíferos nacionais. Vale lembrar que o Brasil possui dois dos maiores aquíferos do mundo: o Guarani e o Sistema Aquífero Grande Amazônia (Saga).

O Aquífero Guarani conforma uma área de 1,1 milhão de quilômetros quadrados que compreende as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, além de abarcar também Argentina, Paraguai e Uruguai; o Aquífero da Amazônia, por seu turno, considerado o maior do mundo e situado entre Acre, Amazonas

e Pará, concentra mais da metade de toda a água doce existente no país.

Muito embora atualmente o governo negue a intenção de privatizar esses dois aquíferos, eles figuraram na primeira lista de privatizações apresentada ainda em 2016 no âmbito do já citado PPI. Além disso, técnicos da Agência Nacional da Água (ANA) têm sinalizado para a realização de estudos cujo objetivo é fazer que os aquíferos figurem nas listas de bens públicos privatizáveis, chegando-se a discutir a proposta de concessões de até mais de cem anos para a exploração do Guarani.

É importante destacar a presença permanente da entidade patronal Instituto Trata Brasil, que congrega empresários fornecedores de materiais, equipamentos e de logística de fornecimento na área de saneamento, nas discussões sobre o tema feitas pelo governo. Ao que tudo indica, grandes empresas estrangeiras, como Coca-Cola e Nestlé, também já demonstraram interesse em participar de um pacote de privatizações nesse setor, adensando o crescimento de participação dos grupos estrangeiros que, a propósito, já vem acontecendo no país, com a presença de fundos de investimento japoneses, canadenses e de Cingapura.

Privatização nos marcos regulatórios do setor

As mudanças patrimoniais acima descritas também têm sido acompanhadas de alterações no marco regulatório do setor, a partir de um documento elaborado pela Casa Civil da Presidência da República chamado “Diagnóstico do Saneamento”.

As diretrizes apresentadas pelo governo tratam os serviços públicos de saneamento básico como mercadorias e a água como commodity, negligenciando o fato de que se trata de um bem público e comum, essencial para a vida e fundamental para o bem-estar.

Como já vem acontecendo em outros setores, as orientações do governo buscam estritamente estimular e garantir a participação da iniciativa privada nos leilões, daí a centralidade de medidas como: flexibilização da legislação de consórcios, revisão da legislação de licenciamento ambiental e atração de capitais privados para o setor.

Além disso, o governo desconsidera o Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab) elaborado com participação da sociedade civil e propõe que todas as decisões acerca de regulamentações e capacitações técnicas sejam tomadas em nível nacional por meio da Agência Nacional de Águas (ANA). O documento propõe ainda que as ligações clandestinas (os famosos “gatos”) sejam objeto de cobrança de tarifas. Ao invés de conscientizar a população e de prover a infraestrutura necessária para a universalização do serviço, a nova orientação pune justamente os mais vulneráveis, que não dispõem de acesso adequado à rede de água e esgoto.

A água é um recurso natural, renovável, mas esgotável, imprescindível para o desenvolvimento humano e sustentável. Seu valor social e estratégico não torna lícito tratá-la estritamente como mercadoria, como commodity. A água é um bem comum, portanto, um direito que deve ser universalizado e não privatizado.